

08 JUL 1982

ESTADO DE SÃO PAULO A receita do professor Simonsen

com Brasil

Após haver deixado o cargo que ocupava no governo Castello Branco, o sr. Roberto de Oliveira Campos observava, com bom humor, que estar do outro lado da cerca é sempre confortável. Um homem público nunca regressa inteiramente ao setor privado, mas sempre guarda algo do ministro que foi, com seu cabedal de conhecimentos e a memória dos dias difíceis que enfrentou quando sentado em sua mesa de tecnocrata. Essa lembrança deveria levar os ex-homens públicos à compaixão... Como resistir, porém, à tentação de assumir de novo, por algum tempo, as rédeas do poder? O ex-ministro da Fazenda/Planejamento, sr. Mário Henrique Simonsen, não resistiu a essa tentação e apresentou suas prescrições.

Não advogou ele o retorno à política de ...Simonsen, mas à do professor Bulhões e do sr. Roberto Campos. Na realidade, o ex-ministro pôde verificar os resultados da política que preconizava e que não teve a oportunidade de executar, mas que veio a ser executada, afinal, no ano passado, pelo ministro Antônio Delfim Netto. Ele sabe muito bem que,

neste exercício, a experiência não pode ser levada adiante e que, por motivo das eleições, não é possível corrigir certas falhas, a saber, reduzir os gastos públicos e rever a lei salarial.

Aliás, é na lei salarial que o professor Mário Henrique Simonsen concentra suas críticas. Ele reconhece — como gostaríamos que o governo o reconhecesse — que a atual lei dos salários é fortemente inflacionária. De nossa parte, acrescentaríamos que se volta contra os interesses da classe operária, a qual, na ilusão de melhora do seu poder aquisitivo, sofre as dramáticas consequências do desemprego e da rotatividade. O sr. Mário Henrique Simonsen recomenda que se volte ao sistema adotado pelo primeiro governo revolucionário, que, como se sabe, havia calculado os reajustes tomando por base a média da inflação nos dois anos anteriores com um prêmio correspondente à inflação futura.

Pode-se perguntar, entretanto, se essa política que, conforme nota, com razão, o sr. Simonsen, não provocou o atual desemprego, seria hoje possível. Realmente, com o "arrocho

salarial" foi possível, em um ano, reduzir a inflação de 94% para 34%. Mas esse sacrifício era justificável, porque acenava com uma esperança, aliás fundada, uma vez que a partir de 1967 o País voltou a apresentar alta taxa de crescimento. Acaso seria justo pedir igual sacrifício hoje, depois que se viu que, pelos erros cometidos (especialmente no governo de Geisel), o sacrifício se tornou totalmente inútil? No clima político atual, a solução seria certamente inaceitável, e faz-se necessário encontrar um compromisso que, de algum modo, conduza à revisão da lei salarial, sem todavia impor o arrocho. Só no dia em que se tiver conseguido reduzir a inflação será possível tentar, no quadro de um consenso democrático, dar um passo à frente para consolidar os resultados obtidos.

O ex-ministro considera indispensável a unificação dos orçamentos públicos. Tem toda a razão quanto a isto, mas sabe, por experiência própria, quão difícil é atingir esse objetivo. Não cremos, porém, que seja possível atingi-lo sem se proceder a uma profunda reforma tributá-

ria, capaz de melhor distribuir a carga fiscal, e sem extinguir alguns subsídios.

Deve-se convir, entretanto, em que a política do primeiro governo revolucionário se desenrolou num quadro externo bem diferente. Hoje, o grau de endividamento da economia brasileira não permite que as mesmas causas surtam os mesmos efeitos que surtiram no passado. Urge encontrar solução para o problema do endividamento, que aliás não poderá ser resolvido tão facilmente como o previra o ministro Mário Henrique Simonsen numa conferência pronunciada em Washington antes do segundo impacto do petróleo e do impacto, mais grave ainda, representado pela alta das taxas de juros no mercado internacional.

As sugestões do professor Mário Henrique Simonsen têm, pelo menos, o condão de mostrar que o saneamento econômico e a democracia não são incompatíveis, e que a situação de hoje exige um amplo debate, no qual deveriam tomar parte homens como Roberto de Oliveira Campos, Octavio Gouveia de Bulhões e Mário Henrique Simonsen.